



GT21 - Educação e Relações Étnico-Raciais – Trabalho 969

## EDUCAÇÃO E RACIALIZAÇÃO: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS CONTEÚDOS ESCOLARES DAS AULAS PRIMÁRIAS PERNAMBUCANAS (1928-1939)

Adlene Silva Arantes - UPE

Agência Financiadora: FACEPE

### Resumo

Objetivamos compreender o papel dos saberes escolares na realização dos processos de racialização direcionados aos alunos das escolas primárias pernambucanas para a promoção de uma educação nos moldes higiênicos e eugênicos no período de 1928 a 1939. Baseamo-nos teórica e metodologicamente na história Cultural, e, em estudos relacionados à história da educação no Brasil. Para tanto, analisamos documentos da instrução, relatórios da secretaria de higiene, livros escolares do período estudado, entre outros. Percebemos que havia uma preocupação com a prevenção de doenças e controle dos vícios, como o alcoolismo. Os valores morais e patrióticos deveriam ser estimulados. O perfil profissional do brasileiro deveria ser melhorado, visando fortalecer a importância do trabalho para o progresso da nação, garantindo-se assim, *O vigor físico e mental como fator do progresso da raça*. Entre os conteúdos escolares de história se propagava a superioridade da raça branca em relação aos negros e índios. Portanto, os saberes escolares ocupavam um papel decisivo na manutenção dos processos de racialização da população escolar pernambucana, na medida em que continham no seu teor elementos discriminatórios que favoreciam os brancos em detrimento dos negros e índios.

**Palavras-chave:** História da Educação; Escolas Primárias; racialização

### Introdução

Objetivamos compreender o papel dos saberes escolares na realização dos processos de racialização direcionados aos alunos das escolas primárias pernambucanas para a promoção de uma educação nos moldes higiênicos e eugênicos no período de 1928 a 1939. Baseamo-nos teórica e metodologicamente na história Cultural, e em estudos relacionados à história da educação no Brasil. Para tanto, analisamos documentos da instrução, relatórios de escolas primárias, de maneira específica, de

grupos escolares, legislação educacional e livros escolares sobre higiene do período estudado.

Estamos utilizando o termo racialização referindo-se ao processo ideológico e político “por meio do qual determinadas populações eram identificadas pela referência às suas características fenotípicas (reais ou imaginárias), de tal modo que só pudessem ser compreendidas como tendo uma possível unidade biológica”. (KAERCHER, 2005, p.100). Portanto, o conceito de *racialização* não é neutro. Ele é *sistêmico* por operar metódica e intencionalmente com objetivos bem definidos. É *polissêmico* porque se implementa a partir de múltiplos sentidos discursivos e, é *multidirecional* ao dirigir-se a todos os sujeitos independentemente de gênero, nacionalidade, classe, pertencimento étnico, etc. A *racialização* pode ser pensada, portanto, como uma pedagogia. (KAERCHER, 2010, p. 85).

Entendemos discursos como sinônimo de representações tal como concebe Chartier (1990), ou seja, como discursos que apreendem e estruturam o mundo, permitindo assim, compreender a relação entre os discursos e as práticas. Consideramos, portanto, que as lutas de representações têm tanta importância como às lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio.

No contexto estudado, a medicina encontrou na escola um novo espaço para se ocupar dos corpos. Para isso, utilizava-se dos argumentos científicos que recobriam um amplo espectro de questões vinculadas à escola, tais como o problema da localização dos edifícios escolares, da necessidade de uma edificação própria e apropriada para funcionar como escola, da matrícula dos alunos, da rotina escolar. (GONDRA, 2003).

Portanto, os alunos eram os principais alvos das medidas tomadas para garantir o revigoramento da raça e o progresso do país. No caso do período aqui em estudo verificamos alguns procedimentos que foram adotados no sentido de eles alcançarem vigor físico, intelectual e moral para se tornarem num futuro próximo cidadãos saudáveis, regenerados e civilizados. Tais procedimentos foram permeados por processos de racialização que terminavam por interferir no cotidiano escolar.

No processo de análise das fontes com as quais trabalhamos procuramos compreender o contexto de sua produção considerando de antemão, que não se tratam de verdades absolutas e incontestáveis, ou seja, como afirma Le Goff (1990, p. 564), “não existe um documento-verdade. No limite todo documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer papel de ingênuo.”

A relevância da temática enfocada se justifica pela escassez de estudos que se debrucem sobre grupos escolares na realidade pernambucana e, sobretudo, sobre as práticas higiênicas, presentes nesses espaços considerados de excelência para a educação republicana.

A partir das fontes coletadas para a pesquisa, classificamos os saberes escolares em quatro grupos para efeito de análise: a formação *higiênica*, a *formação moral e cívica*, a *formação profissional* e a *formação histórica*.

A *formação higiênica* era a base para iniciar os processos de racialização dos alunos no ambiente escolar. Para tanto, fazia-se uso de uma ficha, considerada eugênica, elaborada pelo reformador da educação pernambucana em 1928, Carneiro Leão. Na ficha constavam dados fisiológicos como altura, diâmetro torácico, tronco, membros e continha o gráfico das deformações e uma foto.

Estávamos diante da “ordem médica e da norma familiar” (COSTA, J., 1983). A ordem médica tinha como objetivo limpar a população das manchas epidêmicas do século passado, como varíola, cólera e febre amarela; a norma era obedecer à política higienista presente nas escolas pernambucanas do período estudado, aproximando a família da escola, na medida em que os alunos transmitissem os conhecimentos adquiridos na escola para seus familiares.

A partir de 1934 essa matéria ficou atrelada à *Iniciação ao estudo da natureza e educação higiênica*, que trazia os seguintes objetivos do ensino: propiciar à criança dois fins imediatos: um, educativo ou pedagógico; outro, prático ou utilitário; ambos os fins colimados deveriam ser objeto de acurada atenção do mestre. Este deveria, especialmente, na escola primária, realçar o fim pedagógico; formar e desenvolver na criança o hábito de observar, de experimentar e de expressar tudo que constitui motivo de suas observações.

As visitas ao Departamento de Saúde Pública, aos Centros de Saúde, à liga contra a Mortalidade Infantil, ao Instituto de Proteção à Infância, entre outros, seriam meios de tornar mais eficiente o ensino de higiene. Entre outros conteúdos dessa matéria para o ano de 1934 aqui destacamos os seguintes: “Luta contra as doenças infeto contagiosas. A vacinação antivariólica. Os dispensários. O *vigor físico e mental como fator do progresso da raça*. - 5º ano<sup>1</sup>”. (PERNAMBUCO, 1934, p. 259, itálicos adicionados).

---

<sup>1</sup> Mantivemos a grafia original das fontes históricas com as quais trabalhamos durante a pesquisa.

A partir de tais conteúdos percebemos que a preocupação com a saúde das crianças ia aumentando gradativamente ao longo dos anos de ensino até chegar aos conteúdos que propiciariam a criação de centros de saúde e pelotões da saúde com o objetivo explícito de melhorar biologicamente a população escolar.

Para meninas estava previsto *Puericultura*<sup>2</sup> *post-natal*, que compreendia os seguintes conteúdos:

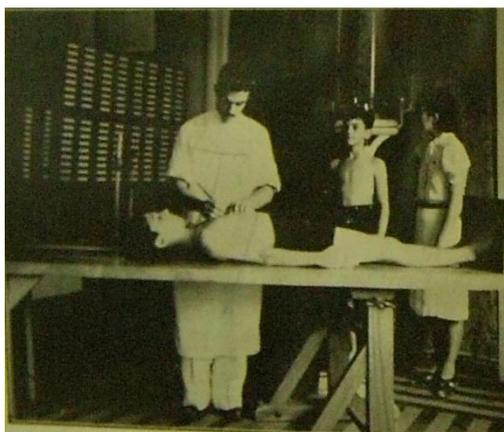
Banho diário do bebê. A bacia. A temperatura da água e meio higiênico de verifica-la. Duração do banho. Modo de levar o bebê ao banho. Lava-lo, enxuga-lo. Perigo do uso de palitos e grampos para asseio do nariz e dos ouvidos. Asseio das pessoas que tomam conta de bebê. Vestuário do bebê. Maneira de usar as fraldas e os alfinetes de gancho. O enxoval do bebê. O sono do bebê. Atitude sadia. O leito. Mal do emalo e da cantilena. Modo de tomar, carregar e deitar o bebê. O quarto; iluminação e ventilação; ruídos e cheiros. Higiene do quarto. Superioridade da alimentação natural. O leito materno. Técnica da alimentação artificial. Introdução de novos alimentos. Higiene dos dentes de leite. (PERNAMBUCO, 1934, p. 260).

Assim, era possível perceber nos conteúdos ofertados no ano de 1934 o tipos de eugenia que Stepan (2005) identificou em seu estudo como *Preventiva*: “que propalava a erradicação dos venenos raciais e das doenças venéreas. Nesta categoria se insere a puericultura pré-natal”. (STEPAN, 2005, p. 94). A Imagem a seguir demonstra um dos momentos de realização de exames em que os médicos dispunham, para realizar o procedimento, de 19 medidas para a determinação do morfotipo dos alunos, além das medidas de diâmetros transversos trocanteriano, acromial e cefálico, sagital cefálico, peso e altura de pé.

Figura1- Crianças sendo examinadas em 19362

---

<sup>2</sup>Ciência que reúne todas as noções (fisiologia, higiene, sociologia) suscetíveis de favorecer o desenvolvimento físico e psíquico das crianças, desde o período da gestação até a puberdade; conjunto de noções e técnicas voltadas para o cuidado médico, higiênico, nutricional, psicológico etc., das crianças pequenas, da gestação até quatro ou cinco anos de idade. (HOUAISS, 2009, s/p.).



Fonte: Acervo do Arquivo Público Jordão Emerenciano - APEJE (PERNAMBUCO, 1931, s.p.).

Vale ressaltar que, para o ano de 1937 os programas são exatamente iguais aos de 1934 (PERNAMBUCO, 1937). A partir de 1938 a programação para a *Iniciação ao estudo da natureza e a educação higiênica* se modificou quanto aos seus objetivos. Essa matéria deveria “levar a criança à aquisição de hábitos hygienicos, dando-lhe, juntamente com os meios de defesa de certos males, os recursos para o seu fortalecimento orgânico.” (PERNAMBUCO, 1938, p. 15). Entretanto, nela também estavam contemplados o estudo de geografia física, higiene e ciências físico-químicas e naturais.

A *formação moral e cívica* era uma matéria composta de duas partes, sendo a primeira dedicada aos itens relativos ao sentimento, ao caráter e à inteligência. A segunda relacionava-se ao item pátria, e era direcionada apenas para as classes mais adiantadas, ou seja, para os alunos que estudavam nos grupos escolares.

No item *sentimento* estavam listados os conteúdos: a família, a escola, a sociedade o amor e respeito aos pais, a disciplina, o cultivo do bem e do belo concretizados no patriotismo. Estava também prevista, a discussão acerca de “como evitar a mentira, a covardia, a perfídia, a inveja, a calunia, defender o fraco e auxiliar o pobre.” (PERNAMBUCO, 1928, p. 22).

No item *caráter* o aluno deveria aprender a ter domínio sobre si, ou seja, ter calma e evitar encolerizar-se, “fugir do vício: ao fumo pelas propriedades toxicas, ao álcool por ser um gerador de crimes e de moléstias; ao jogo de azar porque estraga o caráter, arruína a saúde e a bolsa.” (PERNAMBUCO, 1928, p. 22).

No item *inteligência* encontra-se prescrito “amar o estudo, fugir à ignorância e ao erro, cultuar as suas faculdades aperfeiçoando os conhecimentos e desenvolvendo a própria capacidade de ação. Efeito moral e material do trabalho.” (PERNAMBUCO,

1928, p. 22). Portanto, os deveres dos estudantes se resumiriam à atenção e à obediência. E, finalmente, no item *pátria* deveriam ser estudadas “as atribuições dos poderes executivo, legislativo e judiciário.” (PERNAMBUCO, 1928, p. 22 - 23).

Seis anos depois, ou seja, a partir de 1934 a ideia difundida sobre moral se assemelhava ao que vinha sendo proposto para trabalhar a formação moral e cívica. Naquele momento, portanto, já era possível perceber os elementos que se configuraram, posteriormente, de forma mais contundente, a partir da implantação do Estado Novo. Nesse sentido, localizamos um trecho de um discurso de Getúlio Vargas sobre a temática e sua concepção de educação, no referido ano.

Educar não é, somente, instruir, mas desenvolver a moralidade e o caráter; preparando o homem para a comunhão, ensinando-lhe as artes necessárias para a mais alta das virtudes: o conhecimento das suas próprias forças. O melhor cidadão é o que pode ser mais útil aos seus semelhantes e não o que mais cabedais de cultura é capaz de exhibir.  
(DIP- Departamento de Imprensa e propaganda, s.p./s.d.).

A partir do discurso acima percebemos a concepção de cidadão que a escola deveria formar, ou seja, ser “útil a seus semelhantes.” Como isso seria possível? - A partir da valorização do trabalho e, conseqüentemente, com a inserção do ensino profissionalizante nas escolas brasileiras.

Foi no regime do Estado Novo que finalmente Getúlio Vargas conseguiu implementar de forma “mais incisiva toda uma política de ordenação do mercado de trabalho, materializada na legislação trabalhista, previdenciária, sindical e também na criação da justiça do trabalho.” (GOMES, 1999, p. 57). De maneira especial no Estado Novo, “é possível detectar uma estratégia político ideológica de combate à pobreza, que estaria centrada justamente na promoção do valor do trabalho.” (GOMES, 1999, p. 57).

Ainda segundo a autora, o trabalho precisava ser visto como um ato de criação fundamentalmente humano, um ato de dignificação e espiritualização do homem, pelo qual ele se reintegrava à sociedade em que vivia. Daí a “necessidade de uma organização científica do trabalho, que se traduzia por duas grandes iniciativas: a criação do Ministério do Trabalho, Industria e Comercio e do Ministério da Educação e Saúde.” Tratava-se de uma “concepção totalista de trabalho” que atentava para as várias facetas da vida do povo brasileiro: saúde, educação, alimentação, habitação, etc. (GOMES, 1999, p. 59). Por isso, “foi justamente durante o Estado Novo que se implantou um vasto programa de proteção à saúde do trabalhador. Incorporando assim,

o conceito de *medicina social* que se desenvolveu na Europa desde o século XIX”. (GOMES, 1999, p. 63, Itálico acrescido).

A partir daí, a medicina social, que compreendia um conjunto amplo de práticas que envolviam higiene, sociologia, pedagogia e psicopatologia passou a fazer parte do cotidiano da sociedade brasileira. Não se tratava unicamente de curar. Havia toda uma dimensão sanitária que buscava a proteção do corpo e da mente do trabalhador. No próprio interesse do progresso do país deviam-se vincular estreitamente as legislações social e sanitária, já que era o objetivo de ambas construir trabalhadores fortes e sãos, com capacidade produtiva ampliada.

Para dar conta de implementar a medicina social, a escola brasileira foi se constituindo a partir da busca de um sistema pedagógico completo e o trabalho passou a ser considerado elemento educativo, podendo ser sintetizado na fórmula “aprender fazendo”, sendo implantado por medidas como, a adição dos trabalhos manuais nas escolas e a difusão e valorização do ensino profissionalizante.

Em relação à escolarização das crianças, podemos observar no material didático *A juventude e o Estado Novo* as metas do governo no que dizia respeito ao assunto:

Não se cogitará apenas de alfabetizar o maior número possível, mas também de difundir princípios uniformes de disciplina cívica e moral, de sorte a transformar a escola primária em fator eficiente da formação de caráter das novas gerações, imprimindo-lhe rumos de nacionalismo sadio. (DIP - Departamento de Imprensa e propaganda, s.p./s.d.).

Nesse momento, as determinações nacionais, os conteúdos relativos à moral e o civismo estavam inclusos na matéria intitulada: *Iniciação ao estudo da sociedade e educação social*. A matéria em questão deveria contribuir para a formação do caráter do aluno, pela prática das virtudes fortes de iniciativa, de coragem, de perseverança, pelo hábito do trabalho e pelo sentimento de responsabilidade diante da vida, bem como, fazer-lhe adquirir costumes de sociedade e hábitos de polidez. Por isso, o aluno deveria estudar o país na sua continuidade geográfica, na sua comunidade de origem e de idioma, os fatos sociais, políticos e econômicos, bem como o seu desenvolvimento histórico, para, assim, “adquirir o hábito de pensar como brasileiro e de sentir-se também responsável pelo destino do Brasil”. (PERNAMBUCO, 1934, p.24).

Para o *ensino de moral e civismo* orientava-se que fosse realizado de preferência de acordo com as oportunidades que se oferecessem ao aluno, não só relativamente a

fatos ocorridos na aula, mas também fora dela, e que se prestassem a ser comentados pelo educando. Defendia-se que o *aprendizado cívico* não fosse realizado unicamente a partir de lições teóricas, mas que fosse praticado nas várias oportunidades da vida escolar, oferecendo uma formação na qual os educandos percebessem as responsabilidades comuns. Assim, acreditava-se que o aspecto prático desse ensino se constituiria o meio mais seguro para se atingir a educação cívica, que no limite formaria a juventude para servir à sociedade e à pátria. Portanto, os clubes, as bibliotecas, os museus e outras instituições escolares, bem como o conhecimento de suas organizações e a escolha de seus dirigentes, ofereceriam oportunidade de compreenderem os sentidos da lei, da constituição, da assembleia, das eleições, etc.

No ano de 1938 Arthur Marinho, Secretário de Estado da Justiça, Educação e Interior de Pernambuco se colocou quanto à postura do governo intervencionista em relação à escola dita antiga e ao escolanovismo, justificando a forma como seria vista a educação a partir de então. Naquele momento acreditava-se que,

Um governo pode ser definido pela sua escola. O liberalismo, *frondeur* e racionalista, se encontra na escola disponível, laica, individualista e enciclopédica. O comunismo, na escola comunitária, materialista, determinista, negadora do indivíduo. O totalitarismo prussiano, na escola racista, pagã, e militarista com as formações de Hitlerjugent. *O totalitarismo italiano, na escola cezariana e militarista, já adoçada pelo gênio italiano das combinazioni e pela concordata com a Santa Sé.* O ensino nas escolas do Estado, se tem norteado de acôrdo com a indole do regime e das nossas tradições nacionalistas e cristãs”. (PERNAMBUCO, 1939b, p. 3). (Itálicos adicionados).

Analisando o trecho acima, não podemos esquecer que o nacionalismo e a religião, eram os pilares do Estado Novo. A partir desse momento histórico os preceitos higiênicos e eugênicos ganharam um novo lugar e uma nova abordagem. Os estadonovistas eram declaradamente adeptos de regimes totalitários, como o nazismo e o fascismo.

Nesse sentido, Santos (2014, 184) explica a oscilação na política de relações internacionais de Vargas a partir da fala de Alzira Vargas, filha de Getúlio, recontando uma visita que fizera à Alemanha de Hitler em 1937. Segundo o autor, nas suas memórias Alzira Vargas fala sobre o que assistiu quanto ao projeto de formação infanto-juvenil sob o Reich. “As controvertidas mudanças que acompanharam Vargas nas relações políticas internacionais e tiveram impactos nas decisões internas no Brasil

assumem tonalidades polêmicas quando se lê esse relato feito pela filha do Chefe.” (SANTOS, 2014, p.184).

Não tenho a menor dúvida de que êste país se prepara a guerra e guerra próxima. Dois gigantescos oficiais da Guarda Negra, às ordens de mamãe, nos acompanharam dia e noite e nos fazem visitar as obras do Führer. Fomos ao Ginásio de Hitler: os exercícios físicos a que se submetem meninos de 13 e 14 anos visam exclusivamente a adestrá-los para combater. Rastejam no chão como se estivessem se movendo em um campo de batalha, sob metralhadoras. Atravessam estreitos e longuíssimos tubos de ferro como para habituar os olhos à escuridão, os pulmões à precariedade de ar puro e o corpo à exigüidade de uma trincheira. Lançam pedras, pedaços de madeira e objetos pesados a grandes distâncias, como quem lança uma bomba. Escalam muralhas de 2 a 3 metros com a rapidez e o silêncio de quem assalta uma posição fortificada. (PEIXOTO, 1960, p. 283 *Apud* SANTOS, 2014, p. 184).

Assim, fica-nos claro que Getúlio Vargas realmente se inspirava em experiências internacionais como o nazismo, chegando a viajar com a família para observar de perto como se fazia por lá, para na volta, poder aplicar práticas semelhantes no Brasil. Não foi à toa que a educação física assumiu um viés militarista durante o Estado Novo, Nesse contexto, a filosofia do Estado Novo redirecionou a formação física, moral e social. Em relação à “formação física pregava-se que a cultura física e o esporte eram fatores de purificação e enobrecimento do corpo, dando-lhes espírito combativo, gosto de vencer os obstáculos, destemor ante os perigos, auxílio à formação moral.” (PERNAMBUCO, 1939a, p. 9). Como a educação física era obrigatória nas escolas, foi mantido o método que vinha sendo adotado, o qual compreendia:

*A seleção com a determinação morfo-fisiologica e exame clinico, a aplicação, com lições normais e espaciais de educação física; e a assimilação técnica de que são encarregados um inspetor e 33 monitoras de educação física. Completando esse serviço, foi criada a assistência médica escolar, em que, além do exame clínico no período de seleção, se presta assistência a todos os alunos durante o ano letivo, visitando os estabelecimentos de ensino, examinando-se as crianças portadoras de deficiências morfo-fisiologicas, fiscalizando-se a posição dos alunos nas carteiras, a distribuição da luz, a higiene das escolas, etc. (PERNAMBUCO, 1939a, p. 10).*

Nesse ponto é possível perceber que os processos de racialização continuariam com os exames para identificar o morfotipo do escolar que se tinha nas escolas,

separando os normais dos anormais, possivelmente com a presença dos instrumentos antropométricos realizados nos escolares pernambucanos naquele período.

A seguir apresentamos uma imagem que mostra melhor o que queria expressar o sentimento de patriotismo do povo brasileiro, sobretudo na juventude, considerando que o livro de onde foi extraída a imagem era direcionado à juventude, como o próprio título indica.

Figura 2: Exaltação da raça branca e da Bandeira Nacional



Fonte: Acervo do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre História da Educação e Ensino de História em Pernambuco- NEPHEPE, Departamento de Imprensa e propaganda- DIP, s.d. s.p.

Acondicionada a essa imagem encontramos as seguintes palavras de ordem: “Contemplai-a agora, com maior e justificado orgulho. Ela tremula só, única e dominadora, sobre todo o nosso vasto território. Símbolo do Brasil de ontem e de amanhã, bela e forte, afirma a unidade moral e material do nosso povo, numa síntese perfeita da sua existência e dos seus ideais de engrandecimento.” (Departamento de Imprensa e propaganda - DIP, s.d. s.p.)

É interessante percebermos que a louvação à bandeira nacional é feita tendo como protagonistas uma jovem e duas meninas brancas. Essa imagem marca uma espécie de “silenciamento” sobre essa perspectiva da feição do povo brasileiro. Assim, ela sugere que o “engrandecimento” do Brasil somente poderia se efetivar com a limpeza étnica,

sem a presença de negros, índios, mulatos ou qualquer outro tipo de mestiço. Portanto, de responsabilidade de uma única raça – a branca “Marianne”<sup>3</sup>.

Voltando aos conteúdos, para o segundo, terceiro e quarto anos do ensino primário estes se assemelham mais àqueles que foram estabelecidos nos anos anteriores à implantação do Estado Novo. Vejamos:

Deveres do homem na sociedade: Solidariedade e Fraternidade. *O estrangeiro no País: necessidade de desenvolver uma política de imigração que convenha à formação nacional e à nossa vocação política.* - 2º ANO.

A antiga capital de Pernambuco, sua opulência. A invasão holandesa: Mathias de Albuquerque, Fernandes Vieira, Camarão e *Henrique Dias; principais feitos desses heróis.* - 3º ANO.

o primeiro grupo social: a família. *A tribu e as raças a abolição: a Princesa Izabel e o conselheiro João Alfredo* – 4º ANO (PERNAMBUCO, 1938, p.10 - 11, itálicos adicionados).

Assim, a partir da referida programação é possível perceber a preocupação em se ensinar às crianças aspectos relativos à *formação nacional*. Para tanto, partiu-se do princípio de que a escola, além do conteúdo moral necessitava da estimulação de um cuidado maior sobre a “hereditariedade social”, uma vez que a escola seria o principal órgão transmissor dos “ideais, hábitos, costumes, [que] ali passavam de geração para geração”. (PERNAMBUCO, 1939b, p. 7). Assim, acreditava-se que, “a escola que transmite conhecimentos também corrige a hereditariedade social.” Por isso, o governo de Pernambuco convocou-a ao serviço do Estado Novo, a fim de incutir nas gerações o sentido de equipe, de solidariedade, disciplina e responsabilidade sociais que constituíram a base do novo regime. (PERNAMBUCO, 1939b, p. 7).

Na estudada programação de ensino podemos ainda destacar dois pontos que nos chamaram a atenção, quais sejam: a questão da imigração e o heroísmo de Henrique Dias. Em relação ao primeiro ponto, imigração, Seyferth (1999, p. 211) menciona que nesse período a qualificação do imigrante passava, em primeiro lugar, pela condição de agricultor: “a natureza do trabalho no sistema de colonização e na grande propriedade

---

<sup>3</sup>Imagem inspirada em Marianne (Mariana) que é a figura alegórica (uma mulher) que representa a República Francesa, sendo portanto uma personificação nacional e representa os valores da república e dos cidadãos franceses: *Liberté, Égalité, Fraternité* (*Liberdade, Igualdade e Fraternidade*). Representa, portanto, a mãe pátria, enérgica, guerreira, pacífica e protetora. (KAWAUKER, 2016, s.p.).

cafeieira exigia lavradores e artesãos, profissões privilegiadas na legislação imigratória”, inclusive no Estado Novo.

Ainda, segundo a autora, formalizado na lógica das teorias raciais vigentes no final do século XIX por diversos autores, o ideal de branqueamento tornou-se evidente nas especulações sobre o poder branqueador da miscigenação herdado dos tempos coloniais e imaginado como “processo seletivo de mistura racial próprio do meio social brasileiro, suposto como ‘tendência’ dos mestiços para o casamento com pessoa mais clara e que poderia produzir brancos em três gerações.” (SEYFERTH, 1999, p. 211). A esta suposta tendência os teorizadores do branqueamento associaram os dados estatísticos da imigração europeia, lembrando que tal tese foi elaborada no período de maior intensidade do fluxo imigratório e a ela estava associada a crença absoluta na eliminação progressiva das raças consideradas inferiores após a abolição.

A autora informa também que a partir da década de 1930, diversos recursos de retórica foram utilizados para diluir o discurso racial, mas as práticas voltadas para a imigração e os imigrantes mostram a persistência do mito e a preocupação com a homogeneidade nacional – cultural e racial. Daí a ênfase na necessidade de assimilação e caldeamento que redundou na campanha de nacionalização implantada após 1937, com a preponderância do ideal da democracia racial brasileira produzida pela tradição histórica de brancos, negros e indígenas e da substituição parcial das metáforas racistas por explicações de natureza sanitaria. (SEYFERTH, 1999, p. 211 - 212).

Por fim, Seyfert (1999) pondera que a imigração europeia foi pensada também como o caminho mais curto para clarear o fenótipo do povo brasileiro. A diminuição das suas taxas nos anos de 1930 reacendeu a polêmica sobre os asiáticos (classificados como “raça inferior” desde o Império) e semitas.

No que diz respeito ao segundo ponto destacado por nós, ou seja, sobre o herói Henrique Dias que aparece juntamente com o índio Camarão e o branco Fernandes Vieira e o papel que desempenharam no momento da ocupação holandesa, em Pernambuco, a sua indicação programática tende a reforçar a *fábula das três raças*<sup>4</sup>.

Nesse sentido, Schwarcz (1995), menciona que os primeiros intelectuais que pregaram a mistura racial no Brasil eram adeptos da tese monogenista, que previa a existência de uma origem única para as diferentes raças e se preocuparam em observar

---

<sup>4</sup> Trata-se do mito sobre o qual a historiografia tradicional do Brasil foi construída, que reconta a história do Brasil a partir do papel formador dos negros, índios e brancos. Schwarcz (1995).

“uma relação quase milagrosa entre nação e miscigenação, uma espécie de predestinação de um povo.” (SCHWARCZ, 1995, p. 4). Nesse contexto, a autora aponta que a miscigenação era vista com certa singularidade, mas uma singularidade negativa, uma marca a comprometer o futuro, um sinal máximo de nossa degeneração.

A formação *profissional* estava intimamente ligada à questão racial na medida em que se buscava um trabalhador saudável, que garantisse o progresso da nação. Acreditava-se “O trabalho é o maior fator de elevação da dignidade humana”, esse foi um dos lemas adotados pelo poder estatal no período do Estado Novo. Tal tese foi tão difundida que aparece como nota da imagem abaixo reproduzida, que foi retirada do livro intitulado: *A Juventude no Estado Novo*.

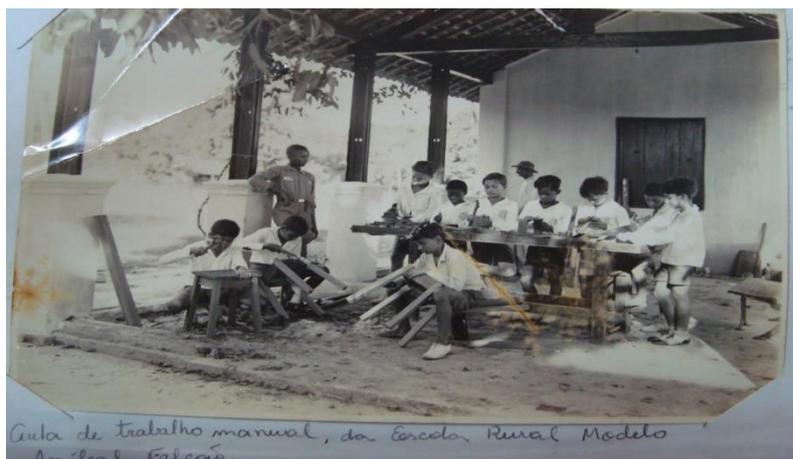
Figura 3: Incentivo ao trabalho feminino



Fonte: Acervo do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre História da Educação e Ensino de História em Pernambuco- NEPHEPE, Departamento de Imprensa e propaganda - DIP, s.d. s.p.

A referida obra contém textos do Presidente Getúlio Vargas, extraídos de discursos, manifestos e entrevistas à imprensa. Em consonância com a reiterada afirmação acerca da necessidade de melhorar o perfil profissional do brasileiro visando fortalecer a importância do trabalho para o progresso da nação, trazemos uma imagem relacionada com as atividades manuais que expressam o contato com uma profissão em grupos escolares, nas quais identificamos a presença de crianças negras. A referida imagem é do Grupo Escolar Aníbal Falcão, que se tornou escola rural modelo em 27 de junho de 1933. Apesar da má qualidade da imagem é possível perceber que na turma podemos perceber a presença de uma criança negra com um vestuário diferenciado parecendo ocupar posição de destaque em relação aos demais, observava a atividade que os outros realizavam.

Figura 04:Aula de trabalho manual, escola rural modelo Aníbal Falcão.



Fonte: Acervo do Arquivo Público Jordao Emerenciano - APEJE, Pernambuco, s.d, p.30

Foi, portanto, no contexto dessas grandes decisões que os programas do ensino primário foram refundidos no sentido de uma Pré-orientação profissional, que deveria se basear nos princípios da didática social e de solidariedade no ensino e nos centros de interesses. Os centros de interesses são “um modo de conceber e realizar o processo de ensino aprendizagem de uma forma globalizada onde as disciplinas são correlacionadas de modo a formar um todo homogêneo e satisfazer os interesses e necessidades dos alunos”. (BRITTO, 2005, p.61). Na prática, os interesses estatais é que deveriam ser atendidos w não ao dos alunos.

*A formação histórica* é a que consideramos mais incisiva para o favorecimento de distinções étnico-raciais, pela natureza de seus conteúdos, que às vezes pregavam distinções entre as raças. Inicialmente era denominada História Pátria.

Entre as orientações para o ensino prescrevia-se que era preciso ter sempre presente que os fatos históricos valiam menos como conhecimentos a adquirir do que pelas conclusões de ordem social e econômica que deles poderíamos tirar. Os primeiros conhecimentos de história deveriam cingir-se ao que cerca a criança, satisfazendo, assim, os interesses característicos de sua idade. Pela observação da vida na família e na escola o aluno obteria a noção de sociedade e de governo, com suas funções políticas e administrativas, passando, depois, ao “estudo dos verdadeiros fatos históricos, como o descobrimento, a independência e a República, os quais seriam relacionados com os personagens que os representam” evitando-se, porém, a princípio, minudências inacessíveis à mentalidade do educando. (PERNAMBUCO, 1934, p. 262).

Retornando aos conteúdos do Programa para o ano de 1928, destacamos as seguintes passagens:

(...)

*As três raças: indígena* (raças e tribus, língua commum, costumes) *africana* (sua introdução no Brasil, por que meios e para que fins; *a européa* (sua superioridade sobre as outras e influencia civilizadora. (2ª classe). (...) (PERNAMBUCO, 1928, p. 11- 21). (Itálicos adicionados).

Analisando os dados acima notamos que tais conteúdos expressavam abertamente a intenção de manter/estabelecer distinções étnico-raciais no interior das escolas, ao indicar estudos em que se declarava “a (raça) européia sua superioridade sobre os outros e influencia civilizadora”, ou seja, não há como negar que tais conteúdos pregavam claramente que os europeus eram superiores, enquanto os índios e os negros eram inferiores racial e culturalmente falando. Nesse sentido, indagamos: Como um conteúdo que afirmava existir a superioridade da raça branca não deixaria os alunos negros sentindo-se inferiores aos brancos?

Feita essa reflexão observemos o rebatimento dessas ideias no âmbito da programação de ensino, ou seja, nos conteúdos de ensino que deveriam ser ensinados no ano de 1934:

*13 de maio* (2º ano) (PERNAMBUCO, 1934, p. 264).

A Insurreição Pernambucana: Fernandes Vieira, Camarão e *Henrique Dias*. Heróis de Pernambuco.

*O movimento abolicionista* em Pernambuco; Joaquim Nabuco e José Mariano

A escravidão vermelha e a *escravidão africana*.

Perda e restauração da Baía e de Pernambuco. *Os Palmares*.

*A Escravatura: leis que contribuíram para a sua extinção parcial. A abolição*. (5º ano) (PERNAMBUCO, 1934, p. 267). (Itálicos adicionados).

Portanto, percebemos que os negros foram mais representados como grupo social em episódios relacionados à escravidão do que como sujeitos, indivíduos, como Henrique Dias. Tais conteúdos estavam contidos em livros didáticos utilizados nas escolas pernambucanas, de forma semelhante e em alguns momentos destacando a “superioridade da raça branca). Como exemplo, citamos o é o caso do livro *Selecta Escolar* publicado no Recife pela Editora Ramiro M. Costa e Filhos” e que, em 1921. Nele, o autor divide os povos, segundo o seu modo de viver e os progressos feitos nas artes, em três classes: selvagens, bárbaros e civilizados. E coloca os negros na primeira classificação. “Os selvagens não têm outro culto senão vãs superstições; não conhecem

a arte da escripta, a sua industria reduz-se quase unicamente à pesca e á caça” (COSTA, R. 1921, p.84).

### **Algumas considerações**

As discussões que envolvem raça e cor no Brasil foram sempre complexas, assumindo a cada novo momento histórico características e nuances próprias, mas sempre pautadas na perspectiva da racialização do povo ou da sociedade brasileira, inclusive a escolar.

Ao longo do texto evidenciamos que havia uma preocupação com a formação integral do aluno que englobasse aspectos da higiene para prevenção de doenças e controle dos vícios, como o alcoolismo. Para isso, recorreu-se a métodos antropométricos para o estabelecimento do biótipo do escolar pernambucano, se utilizando de uma eugenia preventiva. Deveriam compor o percurso formativo dos alunos aspectos morais e cívicos, além de uma preparação para o trabalho. Por fim, a formação histórica veiculava nos seus conteúdos a superioridade da raça branca em detrimento das demais tanto nos programas de ensino como nos materiais de ensino, como é o caso dos livros.

Portanto, os saberes escolares ocupavam um papel decisivo na manutenção dos processos de racialização da população escolar pernambucana, na medida em que continham no seu teor elementos discriminatórios que favoreciam os brancos em detrimento dos negros e dos índios.

### **Bibliografia**

#### **Fontes**

COSTA, Gaspar do Nascimento Regueira da. **Selecta escolar**. 4ª ed. Recife, PE: Editora Ramiro M. Costa e Filhos, 1921.

DIP, Departamento de Imprensa e propaganda. **A Juventude no estado Novo**. Textos do Presidente Getulio Vargas, extraídos de discursos, manifestos e entrevistas à imprensa. s.d (contém discursos de 1934 e 1938), Acervo do Nephpe - Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre História da Educação e Ensino de História em Pernambuco

PERNAMBUCO, Estado de. Secretaria de Educação e Proteção ao Menor. Foto: **Aula de trabalho manual**, escola rural modelo Aníbal Falcão (antigo Grupo Escolar Aníbal Falcão), Localização A03, G02, s.d., p.30, fundo: 5399

PERNAMBUCO, Estado de. Instrução pública de Pernambuco. Instrução primaria. **Programas de ensino para os jardins de infância, classes infantis e demais classes do curso primário.** Recife, Imprensa Oficial, 1928.

PERNAMBUCO, Diretoria Técnica da Educação do Estado de. Introdução. **Boletim da Directoria Tecnica.** Ano I, nº I, Dezembro de 1931, p. 5 - 6.

PERNAMBUCO, Estado de. Instrução pública de Pernambuco. Diretoria técnica de educação. **Programas de educação primaria.** Recife, PE: Imprensa Oficial, 1934.

PERNAMBUCO, Estado de. Departamento de Educação. **Programas de educação primária.** Recife, PE: Imprensa Oficial, 1937.

PERNAMBUCO, Estado de. Departamento de Educação. **Programas de educação primária.** Recife, PE: Imprensa Oficial, 1938. Acervo do Arquivo Público Jordão Emerenciano-APEJE.

PERNAMBUCO, Estado de. Departamento de Educação. **Programas de educação primária.** Recife, PE: Imprensa Oficial, 1939a

PERNAMBUCO, Estado de. **Educação 1938-1939.** Administração Agamenon Magalhães. Secretaria do Interior. Recife, PE: Oficinas graficas da Imprensa Oficial, 1939b.

### Referências Bibliográficas

BRITTO, Maria Leopoldina de A. **A trajetória do currículo de ensino fundamental na rede estadual de Pernambuco nos séculos XIX e XX:** aproximações do texto e do contexto. Recife, PE: Universitária da UFPE, 2005.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural:** entre práticas e representações. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 1990.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar.** 2ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Graal, 1983.

GOMES, Angela de Castro. Ideologia e trabalho no Estado Novo. In: **Repensando o Estado Novo.** Organizadora: Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999, p.53-72.

GONDRA, José Gonçalves. Medicina, higiene e educação escolar. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greve (orgs.). **500 anos de educação no Brasil.** Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2003. p. 519 - 550.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. **Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa.** Elaborado pelo Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

KAERCHER, Gládis Elise Pereira da Silva. **O mundo na caixa:** gênero e raça no Programa Nacional Biblioteca da Escola: 1999,245f. Tese (doutorado) – Universidade

Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação, 2005, Porto Alegre, BR-RS: UFRGS, 2005.

KAERCHER, Gládis Elise Pereira da Silva. Pedagogias da racialização ou dos modos como se aprende a 'ter' raça e/ou cor. In: BUJES, Maria Isabel Edelweiss; BONIN, Iara Tatiana. (Org.). **Pedagogias sem fronteiras**. Canoas, RS, 2010, p. 85-91.

KAWAUKER, Lucas. **Semiramis ou Marianne** - Uma deusa nas cédulas do Real? In: TUDO EM REDE Compartilhando Verdades <http://tudoemredeblog.blogspot.com.br/2012/07/semiramis-ou-marianne-uma-deusa-nas.html>, acesso: 20/01/2016

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão et all. São Paulo, SP: Editora da Unicamp, 1990.

SANTOS, Ademir Valdir dos. Escritos sob os regimes políticos de Vargas e Mussolini: para uma "fascistização" da infância? In: **Revista Brasileira de História da Educação**), p.165-194.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870 – 1930)**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1995.

SEYFERTH, Giralda. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce(org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999. 345 p.199-228.

STEPAN, Nancy Leys. **“A hora da Eugenia”**: Raça, gênero e nação na América Latina. Rio de Janeiro, RJ: FIOCRUZ, 2005. (Coleção História e Saúde).